

## SEGURANÇA TRANSATLÂNTICA

WALLACE J. THIES, *WHY NATO ENDURES?*

Nova York, Cambridge University Press, 2009, 321 pp.

Parece que a NATO vive mais uma das suas crises, desta vez no inóspito território afegão. Esta é a primeira ideia a reter do sóbrio livro de Wallace Thies (Universidade Católica Americana): falar de crise é falar da história da Aliança Atlântica e do seu corpo institucional de segurança, a NATO. A verdade é que este tipo de frieza analítica faz bem ao leitor. Primeiro, porque lhe retira alguma da espuma jornalística de que muitas vezes a análise política acaba refém. Segundo, porque o dota de uma lente real, isto é, não o impele a ver cada episódio crítico como apocalíptico. Um livro que coloca no título uma pergunta que ajuda a manter o seu rumo. Em *Why NATO Endures?* partimos desde início com a clara noção das dúvidas que queremos esclarecer: 1) porque é a NATO diferente das alianças entre estados que marcaram a história euro-atlântica antes de 1939; 2) e porque perdura a NATO, finda uma era onde o inimigo era reconhecido e assumido? As respostas cruzam-se e dão origem a uma

argumentação sólida sobre a Aliança Atlântica. Por um lado, a NATO é diferente porque comporta uma moldura de valores partilhada por estados dilacerados pela guerra e que renunciam ao uso da força entre eles em função de uma recuperação indispensável. A NATO difere, também, das alianças anteriores, por ser uma comunidade de segurança entre democracias que, ao ser capaz de reduzir o medo entre elas, canaliza para a divergência política o que outrora foi do domínio militar. Por outras palavras, para Wallace Thies, é a dimensão democrática dos membros da NATO que acomoda qualquer cenário de crise – interno ou externo –, dando continuidade temporal à Aliança. Por outro lado, a NATO perdura em virtude do desenvolvimento de mecanismos de consulta, corpos institucionais internos, processos de decisão repartidos. Ou seja, a partir da sua fundação, as políticas externas nacionais passaram a estar delimitadas umas pelas outras através do processo negocial da Aliança e do consenso que desde sempre lhe está associado. O interesse deste livro resulta da feliz arrumação argumentativa em volta de um modelo de segurança colectiva entre estados, democracias, aberto a novos aderentes e posto à

prova constantemente. Antes dele, as alianças eram conjunturais, descartáveis, pouco honestas. Com ele, a palavra «aliança» ganhou um espaço distinto nas relações internacionais. Perde-se, às vezes, demasiado tempo a perceber o insucesso político na história internacional. Este livro leva-nos a reconhecer um caso de sucesso.

**AUREL BRAUN (ED.), NATO-RUSSIA RELATIONS IN THE TWENTY-FIRST CENTURY**

Londres, Routledge, 2008, 204 pp.

**A**urel Braun (Universidade de Toronto) coordena um conjunto de artigos sobre as relações entre a NATO e a Rússia nos últimos vinte anos. O tema é pertinente. O tratamento dado neste livro, deficiente. Em primeiro lugar, existe a tentativa meritória de arrumar os assuntos, dentro de um desejável quadro (possível?) de equilíbrio entre todas as partes, começando pelo tempo marcado pela integração progressiva da antiga esfera soviética nos parâmetros da Aliança Atlântica e da União Europeia, e terminando nas respectivas adesões no início deste século. O tom geral das primeiras duas partes assenta na sensatez: isto é, em função de interesses de segurança comuns, não devem ser forçados novos alargamentos – Ucrânia, Moldávia, Geórgia – que prejudiquem a estabilidade das relações entre a Rússia, as potências europeias e os Estados Unidos. Por outro lado, o livro não deixa de reconhecer que estes futuros alargamentos, tal como os últimos, definem um quadro progressivo de segurança comum e uma moldura normativa caracterizada por valores democráticos. Começam

aqui os problemas deste conjunto de ensaios: em redor da sensatez, pouco ou nada é acrescentado ao que já se sabe.

A última parte é a mais interessante quer por olhar para o terrorismo, quer para o papel que pode ou não ser desempenhado por Moscovo no xadrez do Médio Oriente. Quanto a ambas as questões, a direcção das respostas é mais clarificadora: os russos estão mais próximos de uma estratégia individual antiterrorista do que de uma cooperação estratégica com os europeus; Moscovo não tem sido um parceiro confiável no Médio Oriente, quer pelas relações próximas que mantém com Teerão e Damasco, quer pelo estatuto que conferiu ao Hamas, após a eleições de 2006, quando o recebeu em Moscovo ao arrepio do quadro negocial do Quarteto.

Este livro dá pouca atenção à vertente energética das relações entre o «Ocidente» e a Rússia, embora a reconheça. Preocupa-se sobretudo em expor tendências presentes nas opções de todas as partes, para revelar que a interdependência económica e securitária está suficientemente presente para evitar a cooperação. Bom, a novidade não será grande. Até porque a pergunta mais interessante surge apenas na última página: «Can NATO maintain its cohesion?».

**NATIVIDAD FERNÁNDEZ SOLA E MICHAEL SMITH (EDS.), PERCEPTIONS AND POLICY IN TRANSATLANTIC RELATIONS: PROSPECTIVE VISIONS FROM THE US AND EUROPE**

Londres, Routledge, 2009, 216 pp.

**A**cadémicos dos dois lados do Atlântico colocam as mais recentes tensões transatlânticas em análise, de acordo com

as percepções políticas dos seus decisores e em função de três grandes áreas: a distribuição do poder desde o final da Guerra Fria, o terrorismo transnacional, e as relações com a Rússia. O ponto de partida desta colectânea de ensaios – uma arrumação de conceitos e debates – é o resultado da conferência sobre segurança euro-atlântica, realizada em Madrid (2006), marcando o trigésimo aniversário do livro de Robert Jervis, *Perceptions and Misperceptions in International Politics*.

Os seus coordenadores, Sola (Universidade de Saragoça) e Smith (Universidade de Loughborough), propõem dois objetivos iniciais. Primeiro, perceber se os anos de George W. Bush determinaram diferenças insanáveis quanto às percepções políticas e estratégicas euro-atlânticas face às três áreas que já referimos. Segundo, ao aceitar que a parceria transatlântica foi e continua a ser fundamental, pensar a melhor forma de ela responder aos desafios conjuntos do pós-Guerra Fria, mas acima de tudo ao quadro internacional posterior ao 11 de Setembro.

De acordo com a moldura de percepções e ausência delas, os ensaios levantaram interrogações pertinentes, embora algumas delas já tenham respostas à altura dadas pelos próprios decisores políticos. Perguntas como, porque é que os norte-americanos tomaram decisões unilaterais que fragilizariam, à partida, a relação transatlântica; existem diferentes percepções de fundo sobre poder e segurança entre Estados Unidos e europeus; porque foram os europeus aparentemente incapazes de, na altura da última grande crise (Iraque), desenvolver respostas políticas juntamente

com os Estados Unidos. Se as teses de Robert Jervis tiverem relevância trinta anos após a sua publicação, então as tensões transatlânticas desde o 11 de Setembro residiram num ponto imutável: os estados têm diferentes percepções das ameaças que, supostamente, deveriam ser denominado comum numa «comunidade de segurança» como a Aliança Atlântica; e é no que cada um determina como sendo hostil à sua segurança que as respostas são dadas, naturalmente, com gradações de Estado para Estado.

O realismo de Jervis é evidente. Só que também a esta pretensa inevitabilidade da história, a mesma relação transatlântica soube reposicionar a sua principal linha – Washington, Berlim, Paris e Londres – ainda durante o consulado de Bush e dar algumas respostas positivas (Iraque, Afeganistão, alargamentos NATO) a desafios conjuntos. Ou seja, o poder e as percepções que na sua base auxiliam decisões políticas não evitam que princípios e valores comuns continuem a ser valorizados. Só assim se explica que a Aliança Atlântica se constitua como uma excepção na história das relações internacionais, mesmo que com pelo menos uma grande crise interna por cada década de vida.

**ADRIAN HYDE-PRICE, EUROPEAN SECURITY IN THE 21<sup>ST</sup> CENTURY: THE CHALLENGE OF MULTIPOLARITY**

Londres, Routledge, 2007, 272 pp.

**D**e uma coisa podemos estar certos ao acabar um livro como este: foi preciso um oakeshottiano para nos fazer ver a política europeia tal como ela é, não como

ela deveria ser. Adrian Hyde-Price (Universidade de Leicester) recupera as teses realistas para explicar os desafios internos europeus, a sua vizinhança próxima e as relações internacionais que procura influenciar. Ou seja, desmonta o liberalismo enquanto religião analítica desde o *annus mirabilis* de 1989, para colocar quatro grandes questões.

Em primeiro lugar, até que ponto tem sido estável e duradoura a segurança europeia desde o fim da Guerra Fria. Em segundo, questionar a tese liberal que faz assentar a estabilidade e a paz na democracia e instituições multilaterais. Em terceiro, demonstrar que o Estado continua como *pivot* da política internacional, independentemente da globalização económica e das soluções transnacionais a desafios comuns. Por fim, salienta a força dos nacionalismos na política europeia, o que desmonta o argumento de muitos que caracterizavam o velho continente como uma realidade pós-moderna, próxima do paraíso e da paz.

Hyde-Price defende que as relações internacionais da Europa – conceito que percorre todo o livro, evitando abordar a União Europeia – ficarão marcadas por um misto de cooperação e competição, o que valida

não só a sua propensão para a *power politics*, como um quadro interno marcado pela «multipolaridade equilibrada». Este conceito é definido pela existência de três ou mais estados com poder semelhante, favorecendo um concerto de potências regionais que cooperaram em função de interesses comuns. Hyde-Price, com esta descrição da política europeia e da segurança pós-1989, tem em conta três dimensões: a extensão do poder da superpotência, a acomodação da Rússia e a relação com a «normalização» do grande poder continental, a Alemanha. E é exactamente com vista a estes desafios que se tornou pouco razoável à Europa assentar o seu modelo exclusivamente na teologia da potência pacífica e normativa: não só os últimos vinte anos não provaram que estas duas condições reinassem indubitavelmente no seu território, como o quadro de segurança que lhe diz directamente respeito e ao qual vai ter de responder, tenderá a sublinhar dimensões de conflito. O livro de Adrian Hyde-Price é um bom instrumento de alerta do que tem sido e pode vir a ser a segurança europeia neste século.

■ BERNARDO PIRES DE LIMA

## FRANÇA

### NICOLAS BAVEREZ, *NOUVEAU MONDE, VIELLE FRANCE*

Paris, Perrin, 2006, 393 pp.

**N**ouveau Monde, Vielle France apresenta uma tese que Nicolas Baverez já tinha defendido em *La France qui Tombe* (2003): a elite francesa, diz este aroniano, recusa enfrentar um facto empiricamente provado, um facto que só os franceses recusam ver. Que facto é esse? Resposta: o declínio da França. Durante as últimas décadas, Paris manteve um discurso de grande potência, mas, ao mesmo tempo, revelou uma confrangedora incapacidade ao nível das capacidades. Ou seja, existe um abismo entre a retórica francesa e o real poder francês no mundo. Paris julga que ainda tem a *grandeur* do passado, mas é somente uma potência média. Nos textos aqui reunidos, Baverez continua esta tese. Mais: o autor alarga a tese a todo o espaço europeu.

*Nouveau Monde, Vielle France* lança um aviso aos franceses e europeus em geral: a Europa tem de compreender que a *História* regressou. Os europeus não podem pensar que continuarão, sem esforço, na liderança normativa da «comunidade internacional». Para manter essa liderança é preciso mostrar mais poder militar. No fundo, Baverez afirma que chegaram ao fim as ilusões do fim da história. Chegou ao fim a ideia de que o mundo seria gerido pelo Tribunal Penal Internacional, chegou ao fim a ideia de que todos os estados obedeceriam aos «direitos humanos», tal como eles são concebidos em Paris ou Londres.

Baverez salienta ainda outro ponto essencial: políticos, intelectuais e eleitorados

europeus convenceram-se de que a melhor das políticas consistia em, precisamente, não fazer política; criou-se a ilusão de que já não existiam inimigos, adversários ou rivais. Ao longo dos longos anos 1990, os europeus perderam de vista a noção de que a paz não é uma condição natural, mas o resultado político das estratégias dos estados. O pensamento europeu passou a ser a-histórico e apolítico. E perante a aceleração da história (11 de Setembro, crescimento exponencial das novas potências asiáticas), a Europa desenvolveu a ilusão de que seria poupada aos grandes choques do século XXI, e continuou a inventar pretextos para continuar *fora da História* (Bush foi um desses pretextos). Em jeito de conclusão, Baverez declara que essa ilusão tem um preço. Se a Europa não voltar a pensar em termos realistas, a próxima ordem internacional será ditada pelos Estados Unidos e pela China. Se a Europa não voltar a entrar política e estrategicamente na história, então, estaremos perante a consumação do mundo pós-europeu: «l’histoire du XXI<sup>e</sup> siècle sera écrite par d’autres».

### ISABELLE LASSERRE, *L’IMPUISSANCE FRANÇAISE: 1989-2007, UNE DIPLOMATIE QUI A FAIT SON TEMPS*

Paris, Flammarion, 2007, 221 pp.

**I**sabelle Lasserre segue aqui uma pista intelectual de Nicolas Baverez. Se o historiador fala em *Velha França* ou na *França que tomba*, esta jornalista do *Le Figaro* disserta sobre a *impotência francesa*. De forma clara, Lasserre afirma que os valores e a *grandeur* franceses não se conseguem

impor na nova hierarquia internacional. Ou seja, a França já não tem a capacidade estrutural para impor as suas narrativas no sistema internacional. Assim, este acaba por ser mais um livro a abordar a grande questão francesa (e europeia) do início do século XXI: o abismo epistemológico que existe entre a auto-imagem da França e a realidade internacional; os franceses continuam – de forma cega – a declarar que a França é uma potência global, mas, na verdade, a França é uma velha potência em declínio. Este declínio francês já é uma certeza em todas as capitais, desde Washington a Nova Deli.

Segundo Lasserre, o declínio francês é verificável em três pontos. Em primeiro lugar, Paris perdeu influência no Médio Oriente (o fim da era Chirac representa também o fim da era de influência francesa em algumas capitais do Médio Oriente). Em segundo lugar, estamos a testemunhar o fim da *Françafrique*. A velha França também está a perder poder na África (a China e os Estados Unidos estão a ultrapassar a França no que diz respeito à capacidade de influenciar os destinos africanos). Em terceiro lugar, a perda de influência francesa é evidente, sobretudo, no interior da própria Europa. A recente crise transatlântica retirou grande parte da influência francesa sobre os parceiros europeus, sobretudo sobre os parceiros da *nova Europa*. A forma como Chirac (mal)tratou os países do antigo Pacto de Varsóvia custou à França a possibilidade de liderar a dimensão externa da Europa. De forma paradoxal, a crise do Iraque conduziu a PESD para um sentido mais britânico. Os países da Europa de Leste nunca aceitarão

uma PESD autónoma em relação à NATO, a velha ambição francesa. Essa velha ambição é, hoje, uma impossibilidade (aliás, Sarkozy já o percebeu).

Em suma, Lasserre faz um apelo à elite francesa: é preciso compreender que a França já não tem qualquer centralidade mundial. Já não estamos no século XVIII. Pior ainda: a França já nem sequer é a líder incontestada do projecto europeu. A Alemanha renascida (nas questões internas na União Europeia) e a Grã-Bretanha (na dimensão externa da União Europeia) são tão líderes como a França.

#### NICOLAS SARKOZY, TESTEMUNHO

Lisboa, Guerra & Paz, 2008, 236 pp.

**N**o que diz respeito à política externa, este livro revela um político intelectualmente preparado para encarar o mundo pós-europeu. Nicolas Sarkozy anuncia aqui uma visão do mundo adequada ao nosso tempo. Perante a ascensão das potências asiáticas, o Presidente francês percebeu duas coisas: (1) a Europa está em declínio relativo, logo, (2) Paris deve reproximar-se de Washington.

Sarkozy defende que a França deve repensar as suas relações económicas, no sentido de reorientar a economia francesa para a China, a Índia, o Brasil e o Sudeste Asiático. Mais: dado que a «geografia do crescimento económico global foi virada ao contrário nos últimos dez anos», Sarkozy afirma que a rede diplomática e cultural da França deve adaptar-se aos novos tempos: «não tenho a certeza», diz Sarkozy, «de que precisemos de agências

económicas estrangeiras e consulados e sucursais da Alliance Française em todos os países da União Europeia. Por outro lado, temos de deslocar estas agências e difundir a língua e a cultura francesa em sítios como a Índia, a China e o Brasil». É neste enquadramento que devemos ler o famoso pró-americanismo de Sarkozy. Quando afirma que «a sistemática oposição aos Estados Unidos é um duplo erro», o Presidente francês não está apenas a mostrar os seus valores; está também – e acima de tudo – a ler um novo cenário estratégico no qual a França descobre que o seu antiamericanismo gaullista é (era) um luxo de uma época eurocêntrica já ultrapassada. Em consequência, Sarkozy matou – de vez – o sonho gaullista de uma PESC anti-NATO: «sempre me pareceu tolo opor a defesa europeia à NATO [...]. Precisamos de ambas, porque são complementares e reforçam-se mutuamente.»

Um dos dados mais curiosos da política externa de Sarkozy é a sua aproximação em relação ao Reino Unido. De forma clara, Sarkozy propôs a Gordon Brown uma aliança (a *entente formidable*) que permitiria ao tandem Londres-Paris liderar a dimensão externa da União Europeia. Neste livro percebemos o *porquê* desta acção. Sarkozy compreendeu que – com o centro de gravidade da política mundial a desviar-se para Oriente – «nenhuma nação europeia» é «suficientemente forte para fazer ouvir a sua voz» no século XX. No mundo pós-europeu, Paris precisa de Londres, e vice-versa.

Em suma, Sarkozy reagiu à nova realidade pós-europeia/pós-francesa. Este livro revela que Sarkozy pretende fechar o abismo

entre a realidade (marcada pelo declínio francês) e a autopercepção francesa (marcada pela ilusão da centralidade da França no mundo).

**ROBERT E ISABELLE TOMBS,  
THAT SWEET ENEMY – BRITAIN  
AND FRANCE: THE HISTORY  
OF A LOVE-HATE RELATIONSHIP**

Nova York, Vintage Books, 2008, 782 pp.

**O**s elogios gravados na contracapa deste livro são absolutamente merecidos. Estamos na presença de um trabalho notável. *That Sweet Enemy* é fundamental para alunos de História e de Relações Internacionais. O casal Tombs (ele britânico, ela francesa) descreveu aqui a história da relação entre Londres e Paris. E a narrativa desta irmandade conflituosa começa em 1688 (a *Gloriosa Revolução*, que despertou a Inglaterra para um papel global e antifrancesês) e acaba em 2005 (o *Não francês* à Constituição Europeia).

Este livro reconfirma uma tese que já foi defendida por outras obras, como, por exemplo, *Nelson – A Dream of Glory* (John Sudgen, 2004). E a tese até é simples: a Grã-Bretanha precisou da França para construir a sua própria identidade (a Grã-Bretanha definiu-se como *anti-França*). E vice-versa: a França autodefiniu-se enquanto *nêmesis* da Grã-Bretanha. Não por acaso, Chirac dizia que queria defender a França (e a União Europeia) da globalização «anglo-saxónica». Ou seja, entre Londres e Paris, não existiu apenas uma árida luta geopolítica. Existiu também – e sobretudo – um permanente combate normativo.

Ao lutarem entre si, franceses e ingleses *definiram-se*, e definiram grande parte da história mundial. Porque este duelo não produziu apenas a identidade britânica e francesa. Como salientam os autores, este duelo (geopolítico e normativo) também arquitectou o mundo moderno tal como o conhecemos (por exemplo, os Estados Unidos são, em grande medida, um produto da luta global entre Londres e Paris). Para o campo de estudo das relações internacionais, este é talvez o ponto mais interessante do livro. Porque a rivalidade entre a Grã-Bretanha e a França era uma rivalidade entre duas mentalidades imperiais, que viam o resto do mundo como um cenário para essa mesma rivalidade. Ora, no mundo de hoje, o mundo já não é esse palco passivo para a acção da França e da Grã-Bretanha, dado que britânicos e franceses já

não têm a centralidade de outrora. Aliás, os autores deixam bem claro que Londres e Paris têm mantido uma pose diplomática e estratégica sem qualquer relação com o seu real peso. Londres finge ser um *grande poder* ao apoiar todas as acções de Washington e ao desprezar a Europa. Paris finge ser um *grande poder* ao manter a sua aura de independência estratégica gaullista e ao querer construir uma PESH anti-NATO. A este respeito, *That Sweet Enemy* deixa um aviso: franceses e britânicos têm de esquecer estas poses ideológicas e irrealistas, e têm de enfrentar a realidade. E a realidade é esta: num mundo sem qualquer centralidade europeia, Paris e Londres precisam da Europa para se projectarem – em conjunto – na política internacional.

■ HENRIQUE RAPOSO



## INTERVENÇÕES INTERNACIONAIS

**MATS BERDAL E SPYROS ECONOMIDES (EDS.), UNITED NATIONS INTERVENTIONISM: 1991-2004**

Nova York, Cambridge University Press, 2007, 303 pp.

**E**m *United Nations Interventionism: 1991-2004* a problemática das intervenções internacionais é revisitada por Mats Berdal e Spyros Economides, numa edição composta com o contributo de professores universitários, diplomatas e funcionários internacionais.

Com recurso a oito casos de estudo paradigmáticos dos anos 1990, os vários autores procuram identificar os principais actores envolvidos nas respectivas intervenções internacionais, descrever o contexto de enquadramento específico no terreno – antes, durante e após a presença das Nações Unidas –, elucidar sobre o *timing* nas relações de poder dos actores internacionais e estabelecer *lesson learnings* para futuras missões.

Enquanto que os insucessos internacionais na Somália e no Ruanda estabeleceram constrangimentos empíricos às posteriores intervenções internacionais, o envolvimento das Nações Unidas em Timor Leste e no Kosovo são considerados casos de relativo sucesso. Os autores analisam também a incapacidade estrutural das missões das Nações Unidas em cumprir o ambicioso mandato no Camboja e as dificuldades internacionais em acompanhar a evolução das relações de poder intrínsecas ao contexto interno e regional no caso da Serra Leoa. É igualmente abordada a presença das Nações Unidas na Jugoslávia, e a respectiva

coordenação com as missões da NATO e da União Europeia, e no Haiti, através de diversas configurações institucionais.

Na obra são inequívocos os dilemas e os constrangimentos das intervenções internacionais, na medida em que «para se fazer a paz tem que se decidir, ou influenciar, quem governa no pós-guerra» e como o poder é repartido, razão pela qual as partes envolvidas divergem *a priori*. Ao nível de sucesso ou de insucesso da intervenção das instituições internacionais em situações de conflito subjaz uma opção basililar: ou se é imparcial e se assume o controlo ilimitado, ou se é parcial e a intervenção é temporalmente limitada. Neste sentido, torna-se prudente não confundir paz com justiça, uma vez que, empiricamente, o sentido de justiça é sempre perspectivado pelos vencedores sobre os vencidos através de órbitas distintas.

Os conflitos na Somália, no Ruanda, no Kosovo e em Timor Leste, e as respectivas reacções internacionais na década de 1990, deram o mote empírico para a criação e aprovação da doutrina de «responsabilidade em proteger», aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2005, mas a realidade internacional do século XXI remete-a para o (quase) arquivamento histórico.

**JAMSHEED MARKER, TIMOR-LESTE – RELATO DAS NEGOCIAÇÕES PARA A INDEPENDÊNCIA**

Lisboa, Instituto Diplomático, 2009, 535 pp.

**E**scrito pelo representante especial do secretário-geral das Nações Unidas Kofi Annan – o diplomata paquistanês

Jamsheed Marker – este livro é um relato fascinante das negociações entre timorenses, indonésios e portugueses, com a notável mediação das Nações Unidas, entre Março de 1997 e Outubro de 1999.

Jamsheed Marker combina a descrição meticulosa da evolução das negociações com apontamentos pessoais sobre os actores políticos envolvidos e a sua percepção dos cenários envolventes ao processo negocial, nas suas inúmeras viagens entre Lisboa, Jacarta, Dili, Nova York, Genebra, Pretória e Londres.

As memórias do diplomata sobre as peripécias que envolveram a sua visita a Xanana Gusmão na prisão de Cipinang, os encontros com Jaime Gama, Jorge Sampaio e António Guterres, em Lisboa, e com o Presidente Suharto, o ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas – o «Alex» para os amigos próximos – e várias patentes militares indonésias, constituem um testemunho cativante sobre como se alcançaram os acordos de Maio de 1999. A posterior realização do referendo em Timor Leste, em Agosto de 1999, e o despoletar da violência pelas milícias indonésias após a opção favorável à independência, confirmam as expectativas e os receios deste exímio diplomata paquistanês, que viriam a culminar com o notável desfecho em Maio de 2002, quando Timor Leste passou a ser Estado-membro das Nações Unidas.

*Timor-Leste – Relato das Negociações para a Independência* poderá ser caracterizado como o livro de bordo do barco que não naufragou e chegou a bom porto, muito graças à mestria dos seus tripulantes e às favoráveis condições atmosféricas internacionais.

**LUCY POPESCU E CAROLE SEYMOUR-JONES (EDS.), ANOTHER SKY: VOICES OF CONSCIENCE FROM AROUND THE WORLD**

Londres, Profile Books, 2007, 275 pp.

**A**nother Sky reúne testemunhos de 49 pessoas, em 27 países, de quatro continentes. O que têm em comum? «Todas foram coagidas a não escrever.»

Este livro resultou da iniciativa da organização inglesa PEN que, com 144 centros em todo o mundo, promove a defesa da liberdade de expressão.

Desde a Nobel da Paz Aung San Suu Kyi, detida pelo regime autoritário dos generais birmaneses quando o seu partido venceu as eleições na Birmânia em 1990, a nomes menos conhecidos como Angel Cuadra, preso pelo regime de Fidel Castro, ou Reza Baraheni, detida no Irão, a obra oferece vários géneros literários, incluindo discursos, cartas, poemas e contos.

A acção de escrever livremente, um dos direitos fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948 e um dos indicadores do nível de repressão de um regime não democrático, é muitas vezes considerada uma ameaça à estabilidade política de estados. Como a simples palavra escrita, com conteúdos de contestação ao regime vigente, pode ser motivo para a detenção, o exílio ou até a morte dos seus autores, é sem dúvida um sinal simultâneo de força e de fraqueza de regimes autoritários em todo o mundo.

A origem geográfica destes testemunhos possibilita igualmente fazer um lembrete humanitário sobre estados com instabilidade política crítica, como o Zimbabué, a Serra Leoa ou o Congo, o que acontece,

muitas vezes, não obstante a presença de missões internacionais das Nações Unidas no terreno. Por outro lado, quando encontramos países como a Turquia e a Tunísia ou o Peru e o México na lista de autores de *Another Sky*, verificamos que a imposição de restrições à liberdade de escrever não é exclusiva a regimes autoritários e que também regimes de maior ou menor cariz democrático enfrentam desafios diários na manutenção de garantias e de liberdades fundamentais dos seus cidadãos.

A morte da russa Anna Politkovskaya, em 2007, ocorreu enquanto esta série de tes-

temunhos era editada, o que confere a necessidade de uma maior premência à defesa contínua da liberdade de expressão e da importância de organizações como a PEN, mais que não seja para relembrar que «fazer a caneta fluir livremente no papel» não deve ser motivo para prisão, exílio ou morte, e que a liberdade de autores com vozes (in)cómodas ao regime deve ser promovida e/ou preservada. Por Anna Politkovskaya resta-nos apenas reler as palavras que escreveu em *Another Sky*.

■ SÓNIA RODRIGUES